

A construção do projeto pedagógico na escola, a meu ver, é um trabalho coletivo de professores e pedagogos empenhados em colocar sua profissão a serviço da democratização do ensino em nosso país. Organizei esta exposição em três eixos, iniciando por explicitar o que entendo por democratização do ensino e o que entendo por Pedagogia, na tentativa de chegarmos a uma síntese sobre o trabalho pedagógico coletivo enquanto caminho para a efetiva democratização.

Democratização do Ensino - Conceito superado?

Quando iniciamos um tema com o nome "Democratização do Ensino", corremos o risco de provocar observações do tipo: "este é um conceito superado", 'Já ouvimos falar dele tantas vezes", como se democracia fosse uma moda passageira. Entendo que não. A democracia é absolutamente necessária para que possamos ter condições sociais justas. Falo, pois, da necessidade de batalharmos por uma democracia política e social. Como entender aí a democratização do ensino? Existem muitas formas.

Sem entrar em detalhes, abordarei a concepção liberal de democratização do ensino, uma vez que a evolução e os ecos que nos chegam hoje sobre o tema vêm no bojo da ideologia do liberalismo, para a qual democratização deve ser entendida como ampliação da escola para todos. (A escola para todos foi desenvolvida em alguns países, adjetivada como pública - o que não ocorreu em outros, como o nosso, onde a escola que se expandiu até a metade do século XX foi a particular.)

Esta concepção liberal tem sua formulação no bojo das conquistas da humanidade – em consequência da Revolução Francesa, da Revolução Industrial -, bem como no início da constituição do capitalismo.

Este reclamo de expansão da escolaridade afirma como pressuposto que a escola é um direito de todos os cidadãos, e que o Estado deveria oferecê-la e colocá-la à disposição de todos. No Brasil, a relatividade da democracia está exatamente na maneira de se compreender este todo e na forma como a evolução da escolaridade se deu no bojo desta concepção liberal. Se é fato que a escola está à disposição de todos, isto não significa que efetivamente é de direito de todos. A escola que se oferece para todas não está desenraizada das condições sociais. Muito ao contrário, é uma escola que está imbricada na própria forma como a sociedade está organizada.

Na medida em que a sociedade capitalista baseia-se na divisão de classes sociais, em que as diferenças são justificadas por uma pseudodesigualdade natural, temos aí uma forma ideológica de explicar a desigualdade social.

Então, desta forma, a escola "está" oferecida para todos. No entanto, se as pessoas não têm condições de ter acesso a ela e de nela permanecer, isto é interpretado como um problema delas. Ou seja, por esta ótica liberal, as pessoas não conseguem galgar os degraus que a escola oferece, porque nasceram com incapacidade para tal.

Em verdade, esta é uma falsa justificativa da desigualdade social. A democratização do ensino na ideologia liberal vai trazer como consequência a organização do aparelho escolar e da estrutura do ensino, subdividida conforme a divisão das classes sociais: a escola profissionalizante para os filhos dos trabalhadores e a escola regular para os da elite, instituindo-se um sistema dual de ensino. A finalidade explícita do ensino profissionalizante é a preparação da mão-de-obra para o mercado de trabalho, ou seja, para a manutenção do método de produção capitalista.

Podemos concluir daí que a democracia liberal expande efetivamente a escolaridade; no entanto, não lhe interessa equacionar o problema da impossibilidade do acesso e da permanência, na medida em que sustenta um modelo de escola incapaz disto e expande um sistema dual de ensino, calcado na desigualdade social, portanto incapaz de ultrapassar essa mesma desigualdade.

Neste ponto, indagamos: como entender a questão da reivindicação da escola para todos, isto é, como entendera democratização do ensino?

A reivindicação da escola para todos permanece como princípio necessário, como princípio válido. No entanto, precisamos ter o cuidado de, no momento que defendermos esta tese, qualificar o que significa este **para todos**, porque se permanecermos numa leitura liberal teremos esta deturpação, que explica de alguma forma a degeneração da escola no Brasil, hoje.

Numa perspectiva crítica, a escola para todos requer que a definamos como pública, gratuita, de boa qualidade e única - ou seja, uma escola mantida pelo Estado enquanto equalizador das contribuições dos cidadãos, portanto gratuita, organizada e funcionando de forma a assegurar que todos tenham acesso a ela, que nela permaneçam, aprendam; por fim uma escola de formação geral, sem a dualidade de classes.

Há que se repensar, portanto, a própria organização, expansão e funcionamento da Escola Pública. Uma escola que trabalhe o conhecimento de forma a superar a divisão da sociedade em classes, bem como a dualidade escola acadêmica para a elite/escola profissionalizante para o pobre. Entretanto, deve ser uma escola de 1º. e 2º. Graus com a finalidade precípua de trabalhar o

conhecimento, na perspectiva de socializá-lo, ou seja, de que todos os alunos tenham acesso e possibilidade efetiva de ter o domínio do conhecimento - o conhecimento que dê condições de entender, compreender, fazer a leitura das condições de dominação existentes no mundo historicamente situado, na sociedade brasileira historicamente situada, de tal maneira que os alunos consigam compreender o quanto e como a apropriação do conhecimento científico tem-se dado contra os interesses da humanidade como um todo e o quanto o conhecimento tem sido apropriado como condição dos privilégios dominantes.

O que deixa isto saltar aos nossos olhos é um exemplo bastante simples. O avanço que podemos identificar hoje na Medicina é um avanço de conhecimento gigantesco, fabuloso, a ponto de realizar um transplante de órgãos, por exemplo. Isto requer um conhecimento altamente sofisticado e elaborado. No entanto, ao lado deste avanço do conhecimento científico na área da Medicina, temos a maioria das crianças e da população brasileira morrendo de doenças para as quais essa Ciência já encontrou remédio há muito tempo. Este exemplo mostra claramente o uso do conhecimento em favor de interesses dominantes.

Entendo que a democratização do ensino é a reivindicação pela expansão da educação escolar pública. Portanto, não admitindo a privatização nem a diferenciação de escola conforme interesses dominantes, e julgando que a finalidade precípua da escola é desenvolver formação geral nos alunos, colocando-os em condições de compreender este mundo no qual se situam e de perceber, pelos conhecimentos científicos, os mecanismos de dominação existentes no mundo, estando, com isto, de posse de um instrumento que lhes dê meios de interferir na sociedade.

Entendida a democratização do ensino nesta perspectiva crítica, é importante que situemos, ainda que em breves pinceladas, como esta questão tem-se apresentado na escolarização brasileira.

Inquestionavelmente, o sistema de escolas no Brasil foi ampliado de algumas décadas para cá. Todavia, esta ampliação, sobretudo da escola de 1º Grau, foi calcada no conceito liberal de democracia, o que nos permite encontrar uma explicação para o que ocorre hoje nas nossas escolas. De um lado esta ampliação não foi ainda generalizada na sua totalidade. Mais do que isto, de outro lado a generalização que ocorreu provocou ou foi trabalhada na perspectiva de manter a escola no limite da sobrevivência, em precárias condições.

A escola brasileira é uma escola que até existe. Contudo, está muito distante de responder aos anseios da população que a frequenta, muito distante de responder às mínimas condições de trabalho dos profissionais que nela exercem a sua profissão, muito distante de ser considerada, efetivamente, um serviço público.

Neste ponto, abrimos espaço para entender como, nesta reflexão, é possível e necessário imbricarmos na questão pedagógica.

A Pedagogia é Necessária?

Para situarmos a importância da construção do projeto pedagógico na democratização do ensino, é necessário explicitarmos o entendimento que temos da Pedagogia.

O que é Pedagogia no Brasil? O que tem sido? Para que serve?

Com a ampliação desregrada dos cursos de Pedagogia no Brasil, na década de 70, bem como com a implantação da Lei nº 5.692/71, grande parte das Escolas Públicas passou a contar com o pedagogo -supervisor de ensino e orientador educacional - nos seus quadros.

Naquela época, uma reforma nos cursos de Pedagogia incorporou a visão tecnicista da Educação, enfatizando o fazer pedagógico fragmentado e destituído de uma compreensão teórica dos problemas da Educação e, em especial, da educação escolar brasileira, uma vez que estava calcada em modelos estrangeiros e numa formação aligeirada.

Assim, os pedagogos, incorporando as mazelas de sua formação, via de regra, passaram a atuar como burocratas do sistema, vigilantes da ordem estabelecida. Se lembrarmos que a ordem vigente era o autoritarismo do regime militar, que no avanço do capitalismo brasileiro manteve e acentuou a escola nos limites da precária sobrevivência, então concluiremos que a reformulação dos cursos de Pedagogia, bem como das licenciaturas que formam professores, associada ao descaso dos governos pela Educação, veio consolidar o empobrecimento da Escola Pública.

Por isso é que fomos tentados a imputar "a culpa" pelo fracasso da escola aos pedagogos, colocando-os como tradutores do modelo fabril e fragmentadores do processo educativo escolar, responsabilizando-os como expropriadores dos conhecimentos dos professores. Em que pese a importância da denúncia contida nestas afirmações, parece-me que tais teses estão a merecer análises aprofundadas, que examinem a Pedagogia na totalidade da educação escolar brasileira.

A Pedagogia entre nós é recente. O primeiro curso foi instituído legalmente em 1939. Nestes 50 anos ocorreram muitas idas e vindas. Tivemos uma Pedagogia importada, mal-importada, modelada ora na França, ora nos Estados Unidos, ora na Espanha, e acabamos incorporando-a, sem nos perguntarmos sobre sua validade. O que é uma Pedagogia brasileira? O que deve ser? Em que a Pedagogia, na sua história, na sua vasta história, pode contribuir para a criação de um pensamento pedagógico brasileiro?

Estamos engatinhando nestas questões, podendo, no entanto, constatar avanços. O primeiro refere-se à conceituação de Pedagogia; o segundo, à já significativa produção pedagógica brasileira.

Hoje podemos dizer que temos alguma compreensão do que possa vir a ser a Pedagogia. É possível afirmá-la como uma teoria, **uma teoria da Educação**. Entendemos por teoria a constituição de um pensamento refletido sobre uma prática que se volta para a prática. Podemos, portanto, assumir com Francisco LARROYO (1944) que o fato pedagógico é anterior à teoria, como o é, aliás, em toda ciência. E ainda assumir com KOWARZICK (1974) que, para ultrapassarmos a constatação do fato, a teoria pedagógica deve ser dialética, isto é, ela deve encarar a sua tarefa conscientemente como a de ser ciência prática - ciência prática **da** e **para** a práxis educacional, ou seja, temos aqui um movimento da teoria à prática e desta à teoria. Nesta perspectiva, e assumindo o quanto de riqueza isto traz para o avanço do conhecimento da teoria pedagógica entre nós, podemos identificar um segundo aspecto positivo na Educação brasileira. É o fato de que desde 1980 temos tido possibilidade de nos debruçar sobre os **fatos** da Educação brasileira, orientados por visões teóricas, refletindo sobre eles e construindo novas teorias. Podemos situar em vários locais do Brasil profissionais que se debruçam sobre os fatos e a prática, e que estão fazendo teoria, publicando as conclusões dos últimos anos. Esta produção acadêmica é resultante da relação entre as universidades, as secretarias da Educação e os sistemas públicos, e está-nos possibilitando enxergar com mais clareza os fatos educacionais.

Nesta diretriz, um caminho que tem sido apontado é o de examinarmos o que ocorreu e ocorre na escola de 1º Grau e no sistema de ensino como um todo.

Particularmente, tenho-me debruçado sobre o fazer pedagógico intrínseco à educação escolar de 1º e 2º Graus, entendendo-o como campo de estudos dos especialistas. Nestes estudos temos destacado a complexidade dos fenômenos da aprendizagem, dos sistemas de organização administrativa do complexo chamado escola e das diferentes e múltiplas formas de organização que apontam para a direção de uma escola na democratização do ensino. Nesta perspectiva, entendo que a teoria da Educação, como reflexão sobre a prática, aponta para a importância de os profissionais denominados pedagogos atuarem neste complexo chamado escola. Assim, a formação destes profissionais precisa estar voltada na direção de responder aos reclamos da realidade escolar.

Neste sentido, o trabalho dos pedagogos circunda a atividade mais importante da escola - que é a sala de aula. Mas o trabalho que determina o fazer pedagógico não se limita à sala de aula; ele a extrapola

Assim, todas as questões ligadas à administração da organização escolar, todas as questões ligadas à interdisciplinaridade, todas as questões relacionadas ao trabalho coletivo, às formas de organização escolar que melhor propiciam o trabalho coletivo, todas as questões vinculadas à articulação da escola com a sua realidade imediata, ligadas, portanto, a horário, grade, organização do funcionamento didático-pedagógico, todas as questões ligadas à discussão do que é necessário na perspectiva de democratização, à insuficiência existente na formação dos professores, à questão salarial, à administração da educação mais ampla, enfim, são questões pedagógicas; são questões que se traduzem no fazer pedagógico e que requerem profissionais competentes para isto.

É evidente que, ao acentuar esta competência, penso que tenha ficado bem claro que esta é necessariamente uma competência política, uma competência que aponta para a formação e o exercício da profissão em determinadas condições histórico-sociais da educação escolar. Por isso é que me parece extremamente importante que se tenha muita clareza quando falamos em democratização do ensino.

Construção do Projeto Pedagógico - Um fazer coletivo

Admitir um projeto significa ter consciência do que se quer, ou seja, se falo em **projeto pedagógico** tenho de ter, previamente, clareza de que me estou pautando em determinadas concepções de Educação e de ensino. Acredito que o ponto de partida para o projeto real é a explicitação de que queremos uma Escola Pública democrática - daí a importância de firmarmos o que entendemos por democracia.

A escola que se quer democrática precisa definir, a priori, uma nova qualidade, que passa, dentre outras, pelas questões de organização escolar - uma organização escolar que modifique a realidade que aí está, a partir dessa realidade encontrada.

Um dos requisitos de uma nova qualidade pode ser definido por professores capacitados, com formação específica e experiência, selecionados por critérios de competência, conforme um quadro de carreira que impeça influências clientelísticas. A organização administrativa da escola precisa colocar-se a serviço do pedagógico, o que significa:

- compor turmas, turnos e horários adequados a critérios pedagógicos que favoreçam a aprendizagem;
- prever capacitação em serviço e assistência didático-pedagógica constante aos professores, de forma a assegurar o retomo dos benefícios para a escola;
- definir equipes didático-pedagógicas (orientação pedagógica e educacional) de assessoria à atividade docente na escola;
- assegurar horários para reuniões pedagógicas, abrindo espaço para a discussão sobre questões do ensino, para a troca de experiências, para o estudo sobre temas de Educação que favoreçam a melhoria da qualidade do trabalho docente;
- articular as disciplinas do currículo de modo a assegurar conteúdos orgânicos;
- acompanhar o rendimento dos alunos e prever formas de suprir possíveis requisitos, sem rebaixar o nível do ensino.

A organização escolar que se faz necessária é uma organização competente pedagogicamente, de forma a alterar o atual quadro da escola que aí está.

A organização escolar é, por assim dizer, o conteúdo do trabalho coletivo de professores e pedagogos na construção do projeto pedagógico - projeto este com clareza de seus fins, que se efetive no cotidiano; por isso é construção, não está pronto, acabado, mas se faz com profissionais competentes/comprometidos.

A construção do projeto pedagógico pelo coletivo dos educadores escolares objetiva a democratização do ensino, cujo núcleo é a democratização do saber, que passa agora a se diferenciar da democratização das relações internas, sem no entanto se desvincular delas.

A democratização das relações internas da escola constitui mediação para a democratização da Educação, o que não significa diminuir sua importância; pelo contrário, admitir a democratização das relações internas como mediação para a democratização da educação significa considerá-la condição *sine qua non desta*, porém não a única. As relações democráticas na escola, a participação nas decisões, o envolvimento da equipe de professores no trabalho são mediações básicas do objetivo do trabalho docente - ensinar de modo a que os alunos aprendam -, mas não são suficientes nem exclusivas.

Portanto, opor a democratização do saber à democratização das relações internas, como se fossem pólos excludentes, é um falso problema. Cumpre reafirmar que o núcleo de trabalho docente é o ensino-aprendizagem, enquanto mediação entre os indivíduos que compõem uma sociedade e os modelos sociais vigentes nessa sociedade - o que se faz pelo ensino crítico dos conteúdos. As relações democráticas de trabalho na escola favorecem a consecução deste núcleo. A participação dos professores na organização da escola, nos conteúdos a serem ensinados, nas suas formas de administração, será tão mais efetivamente democrática na medida em que estes dominarem os conteúdos e as metodologias dos seus campos específicos, bem como o seu significado social, pois só quem domina as suas especificidades numa perspectiva de totalidade (significado social da prática de cada um) é capaz de exercer a autonomia na reorganização da escola, a fim de melhor propiciar a sua finalidade: democratização da sociedade pela democratização do saber.

Que organização escolar favorece a consecução do objetivo de torná-la um instrumento de emancipação das camadas populares?

A esta indagação a resposta imediata é que certamente não é a escola que aí está, pois esta há anos cumpre a função de expulsar os alunos provenientes das camadas médias e baixas que têm tido acesso a ela, pela ampliação quantitativa de vagas. Tal escola está organizada a partir do aluno "ideal". Calcada no modelo da classe dominante, ela se estrutura segundo o princípio da homogeneidade, que, partindo de uma suposta uniformidade das características de ingresso da população, tem de se conformar com um critério de prioridade estatística, com base na qual se definiu o aluno médio, isto é, dotado suficientemente das qualidades necessárias para aprender e só ter de reproduzir na saída a mesma variabilidade real das condições de entrada. Este aluno sempre teve o acesso e a permanência na escola garantidos. Assim, do ponto de vista dos conteúdos de ensino, dosagem, ritmo etc.; das metodologias de ensino; do tipo de relação entre professor e aluno, aluno e escola, escola e pais, professores e técnicos, professores entre si; da grade horária, distribuição das aulas na semana, horários; da sistemática de avaliação, aprovação, reforço etc., a Escola Pública que aí está tem cumprido a função seletiva e de evasão que privilegia os já privilegiados.

No entanto, à indagação feita - que organização escolar favorece a consecução do objetivo de torná-la um instrumento de emancipação das camadas populares? - é preciso responder que é a partir da escola que está aí que se deve construir a "nova". Ou seja, a organização escolar que possibilitará a consecução do objetivo de emancipação das camadas populares será engendrada a partir das condições existentes, porque, dentre outras razões, é na escola que aí está que encontramos elementos válidos que mostram possibilidades para o que deve ser a nova organização escolar. Em outras palavras, não se trata de conceber previamente um tipo de organização escolar ideal, mas de garimpar no já existente os elementos que, fortalecidos, apontam para novas práticas, o que requer pesquisas, análises, observações e experimentação, conduzidas a partir da finalidade de colocar a escola como instância socializadora do saber para as camadas populares.

A organização da escola é competência tanto dos profissionais docentes como dos não-docentes. Seria ingênuo advogar que o professor de sala de aula deve suprir todas as funções que estão fora da sala de aula, mas que nela interferem, quer dizer, interferem no trabalho docente, o que não significa que este só atue na sala de aula. Assim, as tarefas que são objeto do trabalho social coletivo dos profissionais da escola podem ser listadas como segue:

- Seleção, distribuição e organização dos conteúdos a serem ensinados, considerados relevantes na prática social. Os conteúdos têm objetivos sociopolíticos- por isso devem ser selecionados a partir da prática social existente, a qual deve passar pelo crivo da crítica, a fim de que se construa uma prática social transformadora. Desta forma, as fontes para a seleção dos conteúdos são a natureza primária enquanto objeto de conhecimentos; a natureza transformada pela ação dos homens (natureza secundária); as relações sociais; o conhecimento em si. Impõe-se como tarefa necessária, pois, a revisão dos conteúdos, cujos princípios norteadores devem ser a visão política da educação escolar como prática social situada numa sociedade de classes; o domínio dos conteúdos específicos pelos diferentes professores; o conhecimento e a constante identificação das possibilidades socioculturais individuais dos alunos; a articulação das matérias (conteúdos) do ensino. A revisão dos conteúdos se dá a partir do que é historicamente necessário (a transformação da situação de desigualdades sociais), articulado com o que é historicamente possível (a situação de desigualdades sociais).

O trabalho de revisão dos conteúdos requer o concurso de todos os profissionais da escola. Para cada princípio de seleção e organização dos conteúdos ora expostos é preciso que os profissionais da educação escolar, partindo das condições existentes, tomem decisões e estabeleçam formas de suprir aquilo que inexiste: as condições de trabalho para a consecução do núcleo do trabalho docente que é o ensino-aprendizagem.

- A complexidade da organização escolar requer o concurso de profissionais não-docentes que, tendo determinadas competências, devem cuidar de tarefas relativas à articulação dos conteúdos; à composição de turmas homogêneas, heterogêneas, bem como ao que fazer com cada uma delas; ao acompanhamento didático-pedagógico aos professores, em virtude de novos tipos de organização curricular - por exemplo, a do Ciclo Básico -, em face das questões metodológicas e de articulação de conteúdos-métodos, em virtude da avaliação que deve ser constantemente diagnosticada, requerendo conhecimentos técnicos específicos, bem como das dificuldades de aprendizagem que os alunos apresentam. É importante ressaltar, ainda, que as decisões quanto a horários adequados às possibilidades dos alunos, dos períodos escolares - quantos, como organizá-los, número de alunos em sala, distribuição das matérias na semana, combinação dos horários de estudo e de trabalho em aula e os horários de merenda e recreação de tal forma a possibilitar o aproveitamento máximo dos trabalhos escolares; os dias letivos -, sua utilização favorável para ampliar as possibilidades de estudo e trabalho escolar, a atribuição de aulas e distribuição dos professores nas turmas de forma a propiciar a melhoria qualitativa do trabalho em aulas são questões administrativas que requerem a competência, não exclusiva, do pedagogo, especialista da Educação.

Enfim, trata-se de os educadores propiciarem, no interior da escola, condições as mais favoráveis possíveis para a democratização do ensino, lembrando com B. CHARLOT (A *mistificação pedagógica* p. 293) que: "Elaborar um sistema pedagógico é definir um projeto de sociedade e tirar dele as conseqüências pedagógicas".